

O Consun voltou. E voltou com a reitoria nomeada mostrando que veio para por em prática seu projeto autoritário e antidemocrático.

Desta vez os estudantes não tentaram inviabilizar a sessão. Decidiram ler uma carta extensa na qual expõem o seu ponto de vista sobre a situação da universidade e sobre a repressão que se abate sobre aqueles que hoje se opõem a este modelo (veja os principais trechos da carta na página 2).

Na maior polêmica da sessão o estudante Lucas Espinoza, representante discente da FEA, perguntou ao professor José Martinez, que presidia a sessão, se a reitoria iria acatar a vontade da comunidade ao escolher seus representantes. A resposta foi curta, grossa e conclusiva: "Vamos acatar o estatuto e agir com a maior sensibilidade política possível". Ou seja, vai valer a lista tríplice, que ficará à mercê da "sensibilidade" política da reitoria nomeada, aquela mesma sensibilidade que fez com que Anna Cintra assumisse contra a vontade da maioria da comunidade, ludibriada pela falsa postura da candidata.

Alguns conselheiros tenta-

ELEIÇÕES GERAIS

REITORIA NOMEADA NÃO GARANTE ESCOLHA DOS CANDIDATOS VITORIOSOS

ram votar uma recomendação do Consun para que a reitoria nomeada respeite a vontade da comunidade. Mas o professor Martinez encerrou a discussão dizendo que o Consun não tem competência para votar recomendações.

CASUÍSMOS

A votação do regimento eleitoral das eleições gerais também foi recheado de casuísmos, introduzidos pela relatora do processo professora Maria Claudia Cunha da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, e aceitos pela maioria dos conselheiros. Nas próximas eleições, por exemplo a relatora, baseada em uma interpretação equivocada

do Acordo Interno dos Professores, propunha que nenhum professor substituto votasse. Depois de algumas argumentações jurídicas conseguiu-se reverter parcialmente a situação, mas ficou valendo a proibição de voto para os docentes em regime de tempo determinado, o que exclui uma parcela dos docentes do processo.

A ponderação também será modificada, mudando-se na fórmula o número de votantes de cada segmento pelo universo geral de possíveis eleitores. Essa mudança poderá diminuir o peso dos setores como o de estudantes, um dos do que mais votou contra Anna Cintra.

Interessante é que os destaques introduzidos pela relatora

e pela reitoria no texto da deliberação já haviam sido vetados pelo Conselho de Cultura e Relações Comunitárias, Ceccom que os considerou perniciosos ao processo eleitoral.

COMISSÃO DA VERDADE

Outra tema de pauta foi a aprovação do quadro de vagas para o vestibular de inverno que oferecerá mais 789 vagas na universidade. Os conselheiros também tiveram conhecimento, através da professora Salma Tannus Muchail, da formação da Comissão da Verdade na PUC-SP. A professora solicitou o respaldo do conselho para a execução das tarefas da Comissão, o que foi prontamente aceito por todos que salientaram o mérito de uma iniciativa que resgata a memória dos tempos de resistência à ditadura vividos pela universidade. Difícil, porém, é entender como uma iniciativa louvável como esta se insere em um universo autoritário como o da PUC-SP, onde hoje professores, estudantes e funcionários que discordam da vontade da reitoria nomeada são perseguidos e processados politicamente.

Perseguições e processos políticos continuam na PUC-SP

Na semana passada a universidade tomou conhecimento de um novo processo investigatório que averiguará a retirada de cartazes da Pastoral Universitária. Dois alunos de Ciências Sociais estão sendo investigados pelo ato, mostrando mais uma vez a intolerância da reitoria nomeada que, antes de conversar com os estudantes, como convém a todo bom educador, prefere judicializá-los em nome da falsa moral que preside a atual gestão. A própria Pastoral Uni-

versitária não assumiu responsabilidade sobre a investigação, ficando esta exclusivamente sob a iniciativa da reitora indicada.

PROCESSO CONTRA A PROFESSORA BIA

No dia 02/5, quinta feira, acontece mais uma oitiva do processo político contra a diretora da APROPUC Bia Abramides. A audiência, que se inicia às 15:30h na sala 130-A, levará as testemunhas arroladas pela defesa para relatarem os fatos ocorridos na sessão do Consun.

A defesa também levará outras provas para serem apresentadas à comissão processante.

É importante que, da mesma maneira que a comunidade se fez representar nas outras audiências,

estejamos presentes para que a democracia na universidade prevaleça e que a repressão não atinja aqueles que lutam por democracia e liberdade de expressão na PUC-SP.

TODOS À AUDIÊNCIA!

Em defesa da liberdade de expressão na PUC-SP!

02/5 quinta
às 15h30 Sala 130-A

Movimento estudantil escreve carta endereçada ao Consun

Conforme publicamos na matéria que estampa a capa dessa edição, o movimento estudantil puquiano redigiu uma carta endereçada ao Conselho Universitário (Consun) de quarta-feira, 24/3, expondo sua posição sobre a inércia dos conselheiros, a crise na universidade e sobre a judicialização de atos políticos, a exemplo do processo movido contra a diretora da APROPUC, Bia Abramides. O texto, cujas partes mais importantes reproduzimos abaixo, está sendo divulgado pelas redes sociais, como na já conhecida página no facebook "Democracia na PUC". Confira!

É com estranhamento que escrevemos a vocês hoje.

Estranhamento por ser esse o primeiro Consun desde 12 de dezembro de 2012. Estranhamento por vermos que, ao longo de quatro meses, o valor e a importância desse Conselho tenham sido apagados por uma gama de medidas aprovadas *ad referendum*. Estranhamento pela quebra de diálogo com a comunidade da PUC-SP que se manteve até agora, o que fica mais evidente quando lembramos a última vez que a professora ora nomeada se colocou a público perante a comunidade pela última vez - durante o pleito eleitoral que a deixou em último lugar.

Acreditamos no diálogo. Não fosse assim, não teríamos bradado, desde o início, a defesa incondicional da democracia na PUC-SP. O movimento - que não é pequeno e paralisou, a despeito da incredulidade de alguns, atividades em ao menos quatro dos cinco campi no auge do inconformismo - buscou, até hoje, resgatar de todas as maneiras o diálogo que deve existir dentro desta instituição. Em troca, recebemos ameaças de

processos de sindicância, como o que hoje é impetrado contra a professora Beatriz Abramides e estudantes. Gostaríamos de ressaltar a incoerência e hipocrisia em tal atitude, em especial dos professores que hoje apoiam Anna Cintra, que já teceram ferrenhas críticas à judicialização de processos burocráticos de nossa Universidade.

A recusa a qualquer possibilidade de diálogo nos traz a esta sessão do Consun de hoje. Nós queremos mais do que um único canal de diálogo aberto que foi criado com a pretensão de "viabilizar e acelerar nossas conversações", como o e-mail criado no final do ano passado. Nós queremos uma Universidade livre para a manifestação de diferentes opiniões, uma Universidade que seja produto de uma comunidade participativa e engajada, que represente o que todos querem e buscam da PUC-SP. Buscamos aqui o verdadeiro diálogo, que é a construção conjunta desta universidade, como toda a comunidade tem buscado ao longo da história da PUC-SP. Por não ter sido possível qualquer diálogo até hoje, a despeito de todas nossas tentativas, decidimos por uma nova abordagem, pautada ainda na crença no diálogo.

Reuniões do Conselho de Administração, o Consad, foram feitas às escondidas e, nelas, foi definida a desvinculação do repasse financeiro a Centros Acadêmicos, afetando gravemente atividades que levam o conhecimento adquirido na PUC-SP para aqueles que realmente precisam dele, como a Assistência Jurídica do CA22 de Agosto ou a Farmácia Comunitária do CA Vital Brazil.

É simplesmente vergonhoso o silêncio, inclusive de diversos entre os presentes, diante dessas questões. Por isso afirmamos que, dessa vez, deliberamos por



LU SUDRE

Estudante de Relações Internacionais lê documento no Consun

não impedir mais uma reunião deste conselho. Buscamos, isso sim, solidificar um espaço de diálogo e a própria autonomia que sempre tivemos enquanto corpo discente da PUC-SP e que tem sido sistematicamente atacada. A escolha de permitir e participar dessa reunião do Consun representa, portanto, a consciência de que estas medidas que tramitam no limite da legalidade e legitimidade, e essa inexistência crescente da participação da comunidade nestas discussões não pode continuar. Nossa presença aqui hoje representa a preocupação que temos em fazer valer e fortalecer os dispositivos democráticos que ainda existem dentro da PUC-SP, que até então tem sido espaço livre de debate e manifestações.

Continuamos aguardando respostas justas e diretas, que estejam ao nível das circunstâncias e da história da PUC. Queremos

a Universidade que escolhemos para nossa formação humana, acadêmica e social exatamente pelos princípios que hoje a atual gestão parece pretender eliminar, silenciar e reprimir: a democracia, o amor pelo conhecimento, a autonomia e liberdade de criação e expressão. Num mundo no qual o ensino vem sendo cada vez mais mercantilizado e as pessoas têm se esquecido do que é construir e participar do sistema que os rege, a nossa é uma Universidade que se diferencia por manter seus princípios e valores vivos entre os jovens e por outorgar as ferramentas para construir um mundo mais consciente, justo e engajado, apesar das tristes intervenções que se colocam cada vez mais presentes.

A Pontifícia Universidade Católica é única, e é por isso que a defenderemos - bem como à sua democracia - até o fim. A luta continua.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

A CRISE DA PUC-SP

Mauro Luiz Peron

"Nossa luta principal deve ser, hoje, pela autonomia de atuação dos três setores"

Mauro Luiz Perón ingressou como aluno da PUC em 1988, foi concursado em 1999 e leciona na pontifícia desde então. Passou pela coordenação do curso de geografia e atualmente exerce a chefia do Departamento de Geografia. Hoje ele nos conta um pouco sobre a sua visão da PUC-SP e sua crise estrutural.



LUIZ CARLOS QUAGLIOTTI

Nesse período todo em que estudei e trabalhei na PUC-SP, constatei uma movimentação política na universidade e uma mudança de paradigmas na relação entre universidade e Estado. E isso aconteceu a partir do crescimento das instituições privadas. Na minha época de graduação havia uma movimentação constante dos estudantes em relação ao preço das mensalidades. Nesse período, participei de algumas movimentações no CACS, representando os alunos, e havia uma constatação do caráter mercantil da universidade de que, na avaliação do corpo discente, se ampliava.

Quando entrei como professor na universidade, o debate quanto à autonomia se manteve, tanto em relação à política acadêmica como com as relações trabalhistas. Esse processo foi aumentando com o passar dos anos.

Em relação à crise da universidade nos últimos 15 anos, trata-se de um problema de ordem administrativa, e, sobretudo, política e financeira. Isso não quer dizer que os movimentos de estudantes e professores acompanharam essa crise de uma maneira sistematizada o tempo inteiro, mas eu tenho observado um caminho de professores, alunos e funcionários em direção a uma conscientização maior dos problemas atuais da universidade e dela em relação ao crescimento econômico mun-

dial. Mais recentemente houve um estímulo do Estado, na figura do Ministério da Educação, em relação às universidades públicas e privadas no sentido de ampliar o acompanhamento destas instituições, da legalidade instituída pelo MEC, e creio que a PUC-SP vem construindo sua prática acadêmica, financeira, administrativa e política, sobretudo em face dessas mudanças.

Hoje estamos entrando em um processo de renovação de cargos de comando na universidade. Isso se reverte numa tensão política muito forte e ao mesmo tempo muito delicada em função da crise de legalidade, de manutenção das vozes de alunos, professores e funcionários.

Desde 2005, temos vivido um momento de precarização do trabalho de professores e funcionários e de condições de estudo da maioria dos estudantes, tanto em nível de graduação como pós-graduação, *latu et stricto sensu*.

Nesse sentido, soma-se a isso uma tentativa de alguns grupos no interior da universidade de redirecionar os interesses pelos quais se constrói a universidade. A luta pela democracia, pela autonomia dos professores em montar e administrar seus cursos, sua autonomia política de gestar essa universidade, vem se dificultando desde 2005. Essa luta vem sendo confrontada com forças que estão hoje se mani-

festando, como a nova reitoria, que foi nomeada e nós não a reconhecemos.

A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE

Felizmente, ao final de 2012, esse fato articulou a resistência da comunidade organizada. Nesse sentido os alunos foram bastante avançados em levar uma luta adiante e chamar os professores para esse tipo de mobilização. Essa movimentação foi bem maior do que aquela acontecida em 2005/2006. Porém, a partir do momento que se encerra o ano letivo de 2012, houve um arrefecimento dessa luta. Nosso objetivo agora é retomar com bastante intensidade as lutas que construímos ao final de 2012, retomar as demandas que estavam em pauta e lutar contra os desmandos dessa reitoria nomeada.

Creio que um dossiê demonstraria claramente as formas precárias pelas quais um poder assim nomeado se instituiu, não reconhecido pela comunidade, e se isolando cada vez mais como reitoria. Os cargos ocupados por essa reitoria também não estão se articulando bem e nós precisamos retomar os termos de nossa luta.

O fato de termos começado o semestre letivo com a maximização ampliada, apesar de real, não deve nos desmobilizar. A intensidade com que temos trabalhado nos últimos

anos pode significar uma dificuldade de articulação política, mas a mobilização não pode ser impedida sob um preço muito caro, porque nós não estamos reconhecendo a reitoria, mas ao mesmo ela está reitorando.

Nós temos um problema de articulação de calendário e do dia a dia, que em verdade reflete um processo político. Existe uma tentativa de rearticulação, mas nesse início de semestre ela se mostrou muito ineficiente. Creio que temos que nos reunir de novo e retomar os termos que conduziram a nossa luta. O Conselho Universitário de 2012 precisaria se reunir novamente, para que resgatemos o processo que estávamos vivendo. Estamos já no final de abril e nenhuma reunião conseguiu retomar os termos pelos quais a luta estava sendo articulada, sobretudo sua intensidade.

Apesar desses problemas, tenho uma expectativa boa em relação a essa nossa rearticulação, porque temos clareza dos processos que estão nos precarizando, do ponto de vista político, trabalhista e institucional. Nós vivemos uma crise de legitimidade, não reconhecemos essa reitoria e ao mesmo tempo precisamos recuperar os processos que fazem valer a democracia.

continua na próxima página

continuação da página anterior

ELEIÇÕES GERAIS

Em termos do processo eleitoral que irá acontecer nos próximos meses, estamos à frente de um quadro político delicado. Em primeiro lugar, renovar os cargos de chefia, de coordenações e representações nos órgãos colegiados significa retomar a luta em qual patamar? Precisamos saber quem nos apresentará e quem irá retomar o processo de luta. É preciso fazer debates para saber quem são e em nome do que estão se candidatando. Nós vamos eleger pessoas que vão representar certas tendências novas, ou as antigas. Ou as tendências dessa reitoria que nós não reconhecemos ou as tendências que possam aglutinar as lutas que estávamos construindo ao fim do ano passado. Precisamos estar atentos para saber quem são essas pessoas que vão se candidatar e que tipo de pressão estaremos exercendo sobre os conselhos e a própria

reitoria nomeada.

Tenho uma grande expectativa na resposta que o Tribunal dará sobre a escolha de Anna Cintra, se essa expectativa será frustrante ou não é uma questão a qual devemos estar atentos. Não devemos ficar apenas na espera daquilo que o Tribunal irá dizer sobre a nomeação de Anna Cintra, mas sim tomar as rédeas do processo novamente. Mesmo que o Tribunal venha a reconhecer que essa reitoria é legítima perante os procedimentos legais, isso não pode arrefecer nossa luta, nossa indignação política quanto a isso.

Os professores precisam se reunir mais, tanto na APRO-PUC, quanto em suas unidades. O que hoje fazemos é pouco. A carga de trabalho não é uma razão suficiente para deixarmos a luta e devemos fortalecer a autonomia dos movimentos estudantis, dos funcionários e dos professores. Temos que repensar também o que chamamos de movimentos políticos nessa universidade. Porque eles não podem ser apenas

reivindicações trabalhistas nem simplesmente acadêmicas e políticas. Estas três instâncias devem estar articuladas.

Também vivemos uma crise de formação de alunos, que deriva da dificuldade de se realizar pesquisa de uma maneira geral. E isto tem a ver com a crise política que a PUC vive. Ou seja, as decisões sobre bolsas que os alunos deveriam receber, o estímulo que a universidade dá ao professor para fazer sua pesquisa e o estímulo que a universidade dá para a pesquisa em graduação, bem como à iniciação científica.

A cultura do movimento político tem se renovado na PUC, mas as forças políticas que levaram esta reitoria a ser nomeada continuam vivas e temos aí um confronto. E é exatamente nesse confronto que construímos a autonomia e o perfil da democracia pela qual lutamos.

PROCESSOS POLÍTICOS

Os processos políticos persecutórios, porque é uma perseguição o que esta reitoria

realiza contra a professora Bia e alguns estudantes, mostram um isolamento crescente que este grupo que tomou posse da reitoria está construindo. E nós não podemos aceitar isso, os protestos que a comunidade puquiã e a de fora da PUC têm levantado mostram que esses processos são contra a autonomia de professores, estudantes e funcionários. Na verdade, são processos contra a democracia. Temos que lutar intensamente contra isso, para enfraquecer essa reitoria que está aí. Essa luta só fortalece a convicção de que batalhamos pela autonomia de atuação dos três setores. Isso demonstra a ausência de um diálogo pleno da parte da reitoria, uma falta de participação nos debates, e uma falta de reconhecimento da comunidade.

Esse é mais um material para que nós nos municiemos contra esse tipo de atitude, que não é madura, não apresenta nenhuma maturidade política, se considerar que estamos numa universidade, onde o diálogo é fundamental.

Aumenta solidariedade à professora Bia Abramides

Durante a última semana, a professora Beatriz Abramides recebeu dezenas de novos apoios por conta do processo interno que vem enfrentado na PUC-SP. Um deles veio de Lighia B. Horodyski Matsushigue, professora aposentada da USP e diretora regional do ANDES-SN. Lighia declarou ser "inadmissível que, em ações de representação de sua comunidade, uma lutadora incansável pelos direitos sociais, em particular por uma educação de qualidade socialmente referenciada seja submetida a constrangimento pela administração da Instituição PUC, cujo caráter educacional, como patrimônio da sociedade paulista, sempre ajudou a defender." Além de Lighia, declararam apoio à professora Bia as seguintes pessoas: Josiane Moraes (UFS), Anderson Lima da Silva (UFAL), Heleni Duarte Dantas D'Ávila (UFRB), Renato dos Santos Paula (UFG), Neide Aparecida Fernandes (CRESS-SP), Antonio Camara (UFBA), José Paulo Netto (UFRJ), Rosângela Nair Carvalho Barbosa (UERJ), Maria Assis Costa

(UFSC), Juliana Souza Bravo Menezes (UERJ), Marilda Vilella Iamamoto (UERJ), Ivanete Salete Boscheti (UNB), Eunice Fávoro (Uniban), Martha Valdevenito (Universid Comanhue), Maria Augusta Tavares (UFPB), Walderez Loureiro Miguel (PUC-GO), Maria Ercília do Nascimento (Unesp), Jesus Ranieri (Unicamp), Ana Maria de Arruda Camargo (Unicamp), Marie Louise Bulh Noes Genevois (DIEESE), Ruth Ribeiro Bittencourt (UECE), Carlos Alberto Lungarzo (Unicamp), Alexandre Pariol Filho (Sintusp), Paola Morales (Universid de Comanhue), Alba Tereza de Castro (UERJ), Liliana Emilia Jalfen (CDHU), Carina Berta Moljo (UFJF), APEOESP-SC, Patrícia Sposito Mechi (UFT), Alzira Maria Baptista Lewgoy (UFRGS), Maria Virginea Siede (Universidad de Lujan), Caio de Andrea (MTST), Vinicius Boim (CRESS-SP), Tiago Barbosa (CRESS-SP), Ligia Maria Castelo Branco Fonseca (Univ. Católica de Santos), Cláudia Mônica dos Santos (UFJF), Martha Fortuna (CRESS-RJ), Mavi Rodrigues

CFESS cobra posição da Fundasp

O Conselho Federal de Serviço Social enviou, ao final do mês de março, uma solicitação de esclarecimento para a Fundação São Paulo em relação ao processo contra a professora Bia. O documento de seis páginas trazia relatos sobre os acontecimentos no Consun do

final do mês de fevereiro e a posição do conselho. Cerca de duas semanas depois da entrega do documento, sem resposta, o CFESS se viu obrigado a enviar uma nova nota à Fundação, solicitando resposta ao primeiro documento e pedindo audiência com a reitoria para debater o assunto.

(UFRJ), Israel Raimundo dos Santos (Mov. Indígena), Lucia Skromov (Comitê Pró-Haiti), Camila Carduz (Comitê contra o neoliberalismo), Sílvio Ricardo Carneiro (Coletivo Zagaia), Benedito Roberto Barbosa (CMP), Milton Barbosa (MNU), Marina Lopez Dorigoni (Universidad de Comanhue), Alexandre Dimas (UFG), Maria Vallejo (Universidad de Comanhue), Katia Lima (UFF), Kênia Figueiredo (UNB), Cristiano Carvalho (UNA-Centro Universitário), Marcela Soares (UNB), Rosa Stein (UNB), Elisa Brisola (UNITAU), Simo-

ne Ischibach (LER-QI), Ailton Marques (Escritório Modelo-PUCSP), Rosa Falzoni (PMSP), Maria Liduina Oliveira (Unifesp), Francisco Fonseca (FGV), Caio Bassitt, Tato Fischer, Ana Paula Machado (CSP Conlutas), Mauro Puerro (Sinpro-Guarulhos), Gustavo (Sinpro Guarulhos), Chana Vinner (PMSP), Célia Maria Villarrino Perez (PMSP), Yara Santi (PMSP), Fernanda Araújo de Almeida (FMU), Agenor Palmorino Mônico (PMSP), Victor Vasconcelos, Daize Menezes (Ahomar), Malcon Alexandre (AHOMAR), Edson Lima, SINDPESCA-RJ.

FALA COMUNIDADE

Judicialização, perseguição política e cartazes

Cauê Seignemartin Ameni

Mais uma vez consta meu nome - entre outros - na mesa da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, onde fui ouvido "para apurar a responsabilidade pela subtração da faixa informativa da Pastoral Universitária, em 19/12/2012, (...) a respeito dos fatos narrados na denúncia" do documento PROC. R-11/2013.

Se da última vez fui citado "equivocadamente" pela Graber, o que me deu pleno direito de pedir que meu nome fosse removido do processo, tendo integrantes da reitoria como testemunha a meu favor, dessa vez me nomeiam num problema coletivo na qual diz respeito a política de cartazes, que devido a algumas promessas - e atos - da Rosana, pró-reitora comunitária, gerou grandes problemas sobre a questão, envolvendo até entidades (como a Pastoral) que não tem nenhuma relação direta com a atual crise política. Se alguém quiser realmente saber mais sobre cartazes, deveria se perguntar, em primeiro lugar, por que milhares de cartazes estão saindo da PUC-SP nas latas do lixo, e porque as paredes da universidade estão lixadas - inclusive do centro acadêmico -, ou até mesmo perguntar o que o pessoal da Higilimp acha disso tudo, já que são eles quem absorvem esse trabalho extra para reitoria (há de se notar que depois que esse texto rodou

na internet, tendo mais de mil acessos, os cartazes não estão sendo mais arrancados).

JUDICIALIZAÇÃO E HIPOCRISIA

Além de lembrar que já foi "prometido" publicamente por integrantes da reitoria que os estudantes não seriam sindicados, gostaria de lembrar uma das principais críticas que o coletivo de professores, que hoje integra a reitoria (entende-se por Margarida, Alexandra, Tuto, não oficialmente, etc) faziam a gestão do professor Dirceu. Numa conversa de campanha no CACS foi enfatizado diversas vezes a judicialização na forma cuja antiga gestão administrava. Ao invés de um reitor, "tínhamos um desembargador". Apesar de não ver exatamente isso, já que se mantinha a conversa no lugar dos processos, sempre concordei com a crítica da judicialização na política, quem dirá na administração de uma Universidade. A judicialização torna-nos incapazes de solucionar, sem recorrer ao Poder Judiciário, conflitos de natureza política, implantando advogados e ordenamentos jurídicos nos problemas decorrentes da falta de diálogo, o que acaba por impedir uma compreensão mais aprofundada do problema. Ao se nivelar por baixo - na lógica binária da denúncia/defesa -, se esquecem de sopesar os ônus decorrentes, instrumentaliza-se uma comissão para frear um debate,

gerando um desgaste focalizado, enquanto a instituição continua afogada em crises. Entretanto, o que mais me chama a atenção, é a virulenta mudança ética de pessoas tão íntegras e competentes - diretores de faculdade digam-se de passagem - enquanto continuamos com a mesma convicção e, exatamente por isso, não comparecemos no dia 19/4 acompanhados de um advogado, como sugeria a intimação, mas como estudantes a fim de debater o problema com alguns professores. Tanto a reitoria quanto a comissão processante é composta por professores, e por isso deveriam saber que se quiserem adotar este tipo de procedimento para tratar dos infinitos problemas desta instituição não será na base da ameaça que acharão as respostas, quem dirá judicializando as soluções. Abusam do "Poder Judiciário" interno da faculdade como trampolim para o exercício arbitrário e ilegítimo do poder político, já que não foram eleitos.

Se quando escolhemos a PUC-SP tínhamos no imaginário político grandes nomes como Florestan Fernandes, Mauricio Tragtenberg, Paulo Freire e um histórico político relevante, hoje encontramos Malufes, Herinque Alves e Felicianos na prática, e um histórico cada vez menos relevante. Me pergunto, somos nós ou certos professores que estão no lugar errado?

A reação da reitoria frente à carta lida pelos estudantes no ultimo Consun (24/4),

reforçou essa decepcionante realidade.

No domingo retrasado (14/4), o recém empossado Papa Francisco disse na Basílica de São Pedro algo que me soou sábio para nosso atual contexto, "Inconsistência por parte de pastores e de fiéis entre o que dizem e o que fazem, entre a palavra e o estilo de vida, está prejudicando a credibilidade da Igreja", acrescentando o que qualquer indivíduo interessado numa construção ética sólida gostaria de ouvir: "Aqueles que nos ouvem e nos observam devem ser capazes de ver em nossas ações o que escutam de nossos lábios".

A mensagem não serve obviamente apenas à Igreja, mas para todas nossas instituições públicas e privadas que se atolam cada vez mais na descredibilidade institucional. A mensagem é quase um recado para aqueles que buscam egoistamente melhorar suas carreiras consumindo as bases dos valores éticos/morais de um dos fundamentos da civilização, o Logos, ou seja, o modo exclusivamente humano de se auto-ordenar, se relacionar, se comunicar, pensar, ou se preferirem, a forma da origem humana segundo a teologia cristã - adaptada no Evangelho de João, em que se refere a Jesus Cristo como o Logos, isto é, a Palavra: "No princípio era a Palavra, e a Palavra estava com Deus, e a Palavra é Deus" João 1:1.

Cauê Seignemartin Ameni é aluno de Ciências Sociais.

GAUCHE NA VIDA

Redução de disciplinas e falta de professores: tudo a ver

Maria Izabel Azevedo Noronha

A decisão do Governo do estado de São Paulo de realizar uma nova reforma curricular, reduzindo a carga horária de história, geografia e ciências nas 297 escolas de ensino fundamental de tempo integral representa mais um golpe no direito dos estudantes a uma educação de qualidade na rede estadual de ensino.

A reforma vai abolir as disciplinas de história, geografia e ciências para alunos dos três primeiros anos do ciclo fundamental para, segundo a Secretaria Estadual da Educação, "fortalecer o aprendizado de língua portuguesa e matemática". Trata-se de uma medida completamente equivocada, pois não se pode fortalecer o aprendizado dessas disciplinas retirando do estudante a possibilidade de acesso a uma formação mais geral que, inclusive, contribua para o aprendizado das disciplinas que se quer fortalecer.

A função social da escola é muito mais ampla e não pode se limitar à habilitação dos estudantes. À escola cabe formar cidadãos e cidadãs capazes de compreender a realidade em que vivem e transformá-la. Para que a educação seja emancipatória, é preciso, portanto, assegurar às crianças o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, para que possam prosseguir seus estudos a partir de uma base sólida, contribuindo para a produção

de novos conhecimentos e para que possam construir ao longo do tempo autonomia intelectual e capacidade de interagir com o meio no qual estão inseridas.

É importante assinalar que língua portuguesa e matemática já contam com uma carga horária maior em relação às demais disciplinas, o que, por si só, não tem garantido a aprendizagem desejada por

escolas de tempo integral em equipamentos nos quais se pratique a educação em sua forma mais completa, combinando ensino regular, atividades culturais, prática esportiva, noções de ciência e tecnologia desde o ensino fundamental e a implementação de um currículo dinâmico, que incorpore a interdisciplinaridade como método pedagógico.

escolas da região.

Na realidade, o Governo do estado contribui, e muito, para o agravamento da situação, submetendo os professores temporários a provas de seletivas e mantendo-os durante 200 dias fora da rede estadual de ensino quando findam seus contratos. Como justificar esses processos seletivos se faltam professores? Com a palavra o governo estadual.

Agora o estado de São Paulo, em vez de melhorar os salários e construir uma carreira que atraia melhores profissionais e os mantenha na rede estadual de ensino, opta por se adaptar, reduzindo disciplinas.

Nós educadores, a sociedade civil organizada, os movimentos sociais não podemos aceitar isto. Ao Estado cabe prover as condições para que todos tenham acesso a escola pública inclusive, com qualidade social, um direito da população assegurado na Constituição Federal. E vamos continuar lutando para fazer valer este direito.

Maria Izabel Azevedo Noronha é presidente da APEOESP



O estado de São Paulo, em vez de melhorar os salários e construir uma carreira que atraia mais bons profissionais e os mantenha na rede estadual de ensino, opta por se adaptar, reduzindo disciplinas.



todos nas escolas estaduais de tempo integral. Para nós, a solução não está em aumentar a carga horária. As escolas, sobretudo as de tempo integral, tem de ser espaços nos quais a permanência do estudante seja agradável e que possibilite a sua formação integral.

Para tanto, é necessária a reestruturação das políticas educacionais; a gestão democrática, com conselhos de escola participativos e o envolvimento dos pais no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes; reorganização dos tempos e espaços escolares; melhoria das estruturas físicas e transformação das

O que causa muita preocupação é que esta medida coincide com a constatação cada vez mais generalizada de que faltam professores justamente nas disciplinas apontadas, principalmente na área de ciências. Estes profissionais, formados em biologia, física e química estão migrando para a indústria, onde os salários correspondem muito melhor à sua formação e capacidade de trabalho. Um exemplo atual, entre tantos outros, é o do Jardim Ângela, na capital, onde a comunidade se organizou para exigir da Secretaria da Educação soluções para a falta de professores em cinco

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores do estado em greve por melhores condições de trabalho

Os professores do estado de São Paulo estão em greve. Desde o dia 19/4, sexta-feira, quando uma massiva manifestação tomou a Av. Paulista, Consolação e se dirigiu à Secretaria da Educação, os grevistas exigem uma série de reivindicações referentes ao dia a dia do professorado paulistano. Entre elas, estão a reposição das perdas, que ultrapassam os 36%, a aplicação da jornada da Lei do Piso Nacional, a estabilidade para 48 mil professores contratados, o fim do ensino médio integral e das medidas que eliminaram direitos trabalhistas. Eles lutam, também, contra a privatização do Hospital do Servidor Público.

"Os professores estaduais estão obrigados a recorrer à paralisação das escolas. O governo Alckmin concedeu um reajuste parcelado, em quatro anos, que sequer cobre a in-

flação. Diante do movimento grevista, anunciou 2% de reajuste para o mês de julho, que significam 0,19 centavos no valor da hora-aula. Um verdadeiro acinte a uma classe composta de mais de 200 mil professores. Todo apoio à greve dos professores. Que o governo Alckmin atenda as reivindicações.", afirmou ao **PUCviva** um professor membro do movimento.

Do conjunto de reivindicações, segundo membros da APEOESP, sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo, três delas expõem o grau de decomposição a que chegou a educação no estado de São Paulo. Primeiro, os baixos salários pagos no estado e a estafante jornada de trabalho. O valor da hora-aula de R\$ 10,00 e a jornada de 33 horas em sala de aula revelam o grau de pauperização e a su-

perexploração do magistério.

Depois, o regime de contratação que atingiu 48 mil professores. São chamados de categoria "O". São contratos por tempo determinado e sem nenhum direito trabalhista. E, por último, a rejeição do ensino médio integral. Ainda segundo os grevistas, trata-se de um mecanismo de fechamento de turnos (tarde e noite), expulsando a maioria dos alunos. Impõe as parcerias público-privadas. Elimina-se disciplinas do currículo, divide os professores e ilude-os com a possibilidade de os jovens alcançarem um posto de trabalho.

Até o fechamento desta edição do jornal, o Governo Estadual ainda não havia apresentado uma proposta de acordo para os manifestantes, que por ora permanecem paralisados.

1º de Maio terá atos por todo país

O Dia Internacional dos Trabalhadores, 1/5, será mais uma vez comemorado com uma série de atos - uns mais festivos outros mais políticos - espalhados pelo Brasil. Trabalhadores e centrais sindicais vão às ruas, em pleno feriado, para reivindicar melhores salários e condições de trabalho. Novamente, como acontece há anos, os atos devem se dividir, por um lado, entre aquelas centrais sindicais mais alinhadas com a base do Governo Federal (CUT, CTB, UGT, Força Sindical), que costumam realizar atos mais lúdicos; e, por outro, centrais opositoras, como a CSP Conlutas e Intersindical, que politizam mais suas manifestações.

Em São Paulo, os atos governistas acontecerão na zona norte, em Santana, e no Vale do Anhangabaú. Já as centrais da oposição também devem se reunir no centro, como de costume.

Marcha nacional reúne 20 mil em Brasília

De acordo com números da PM da capital federal, 20 mil manifestantes - vindos de lugares diversos pelo país em ônibus e caravanas - estiveram presentes na Marcha Nacional, no dia 19/4, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Foram muitas as reivindicações presentes no ato. Entre elas, estava o fim do fator previdenciário, anulação da reforma da previdência de 2003 (aprovada com votos comprados pelo mensalão) e a não aprovação do Acordo Coletivo Especial (ACE), que precariza, segundo palavras de ordem gritadas durante o

ato, os contratos de trabalho. Os manifestantes levantaram também a bandeira da educação - principalmente com o mote "10% do PIB para educação pública já" - e da saúde públicas. E, entre as tantas reivindicações, não poderiam faltar os pedidos de saída do presidente da comissão de direitos humanos da câmara dos deputados, Marcos Feliciano (PSC).

A marcha, para a qual se esperava um número de aproximadamente 15 mil pessoas, segundo organizadores, começou às 10h, partindo do Estádio Nacional

de Brasília Mané Garrincha e seguiu pelo Eixo Monumental, uma das principais vias da capital federal, em direção ao Congresso Nacional. Foi organizada pela Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), a Intersindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e federações e organizações populares e estudantis, além de entidades de aposentados e pensionistas.

Em protesto contra a comissão de direitos humanos da câmara, presidida

pelo pastor-deputado Marcos Feliciano, os estudantes presentes no ato organizaram um "beijaço" - beijo coletivo. Enquanto se beijavam todos em roda, durante a marcha, um pequeno grupo de pessoas tentou pendurar uma faixa pedindo a saída de Feliciano na fachada do Congresso, e foi impedido por policiais - que detiveram quatro manifestantes. Logo depois, acompanhados pelos advogados presentes na manifestação, os detentos foram levados pela polícia à delegacia, onde depuseram e então foram liberados.

ROLA NA RAMPA

Palestra sobre movimentos políticos no País Basco lota auditório na PUC-SP

Na quinta-feira, 25/4, o auditório 333, na Monte Alegre, esteve lotado de estudantes de diversos cursos que acompanhavam o debate "As Transformações no mundo do trabalho e a luta política no País Basco nos últimos anos". Organizado pelo departamento de Serviço Social e pelo Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), o debate foi mediado pela professora Rosalina Santa Cruz, e contou com a presença de Luiza Erundina, deputada federal por São Paulo pelo PSB, Igor Grabois, economista e militante do PCB, e Asier Altuna, responsável pela área internacional da SORTU para a América Latina e Caribe, organização de esquerda recentemente constituída que se posiciona enquanto socialista, independentista,



Na mesa, da esquerda para a direita, o tradutor do debate, o palestrante Asier Altuna, Rosalina Santa Cruz e Luiza Erundina

feminista, internacionalista e basca. O debate trouxe aos presentes uma visão diferente da divulgada na grande mídia sobre a situação do País Basco, localizado ao norte da Espanha. Altuna foi o destaque do debate, por trazer dados inéditos para os presentes, em relação ao preconceito com

os defensores do movimento separatista (caracterizado pelo ETA), inclusive na discrepância do número de encarcerados para o de outras posições políticas. Os palestrantes também procuraram relacionar a situação do País Basco com outros movimentos separatistas e movimentos políticos na América Latina.

Pesquisa avalia interesse por plano odontológico

Conforme solicitação dos funcionários administrativos em assembleia que discutia o acordo interno de trabalho, a DRH está realizando uma pesquisa para avaliar o interesse da categoria por um plano de assistência odontológica. Os interessados deverão acessar o link <https://portalacademico.pucsp.br/avaliacaodrh> e responder à pesquisa. O período para preenchimento do formulário vai de 29/4 a 10/5/2013. Em caso de dúvida, entrar em contato com o Departamento de Benefícios, através do email rh_beneficios@pucsp.br ou ainda pelo telefone 3670-3377 com Helena, Denise ou Carla.

Novo Acordo Interno dos professores começa a valer

A APROPUC, Fundação São Paulo, Sinpro-SP e a reitoria assinaram o novo acordo interno dos professores que terá vigência retroativa a 28/2/2013. O texto completo foi enviado aos professores que têm o email cadastrado na APROPUC e, nos próximos dias, poderá ser encontrado no site www.apropucsp.org.br.

Espetáculo Caleidoscópio volta ao Tucarena

Reestrea no dia 11/5 a apresentação Caleidoscópio - Um espetáculo de improvisação teatral, no Tucarena, com direção do Marcio Ballas. A partir de sugestões do público, cinco humoristas dão vida a cenas de longa duração, em improviso diante da plateia. O espetáculo terá sessões aos sábados, às 21h, e aos domingos, às 19h, até o dia 25/5.

FEA promove lançamento de livro sobre Celso Furtado

O núcleo de pesquisa História, Memória e Pensamento Econômico (Himepe), da Faculdade de Economia e Administração, realizará no dia 29/4, às 19h40, a palestra e lançamento do livro O jovem Celso Furtado: história, política e economia, escrito pelo professor Roberto Pereira Silva (Universidade Federal de Alfenas). O evento acontecerá no Auditório 117-A (Prédio Novo, 1º andar), e será aberto.

Sarau Visgo & Improviso acontece no Tucarena

A segunda edição do Sarau Visgo & Improviso aconteceu na noite de terça-feira, 23/4, no Tucarena. Organizado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP, com o tema "Poesia: liberdade e ruptura", o evento busca promover o contato da comunidade universitária com

os diversos tipos de artes, como música, leitura de textos, performances e improviso. O evento conta com a participação de estudantes, professores e funcionários da PUC-SP, além do público em geral. O sarau é coordenado por Maria Rosa Duarte de Oliveira e Vera Bastazin e organizado por Cadu Siqueira e Cris Torres.

Encontro de Iniciação Científica começa a ser organizado

Estudantes da universidade envolvidos em projetos de iniciação científica (em andamento ou já concluídos) poderão participar da definição do tema do 22º Encontro de Iniciação Científica, marcado para o dia 6/11. O Comitê Institucional do Pibic promove um concurso de temas, que devem ser baseados nas seguintes

palavras-chave: cultura, educação, gênero, interfaces, linguagens, método, política, saúde, sustentabilidade, tecnologias, vínculo. As propostas devem ser enviadas para o e-mail pibic@pucsp.br até o dia 17/5; os temas serão avaliados pelo Pibic, e em seguida serão submetidos à votação de professores, alunos e funcionários.